



CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2025

Controlador Interno

Modalidade: Ensino Superior • Período: Tarde • Duração: 3h • Questões: 40

INSTRUÇÕES

Só abra este caderno quando o Fiscal de Sala autorizar.

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro de embalagem específica fornecida pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata eliminação do certame.
3. Certifique-se de que este caderno: - contém 40 (quarenta) questões;
4. Cada questão oferece 4 (quatro) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da folha de respostas. 3(três) horas. Caberá ao candidato controlar o tempo a partir do relógio disponibilizado na sala de provas. O(A) candidato(a) poderá retirar-se da sala após decorridas 1(uma) hora de prova. Não haverá tempo adicional para preenchimento da folha de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de prova, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Preencha a folha de resposta com cuidado, utilizando canetas esferográficas de tinta azul ou preta. A folha de resposta não será substituída em caso de rasura.
10. Ao final da prova, é obrigatória a devolução da folha de resposta acompanhada deste caderno de questões.
11. O(a) candidato(a) que for flagrado portando quaisquer aparelhos eletrônicos, mesmo desligados — inclusive telefone celular fora do invólucro de segurança — terá sua prova anulada. Não leve esses aparelhos eletrônicos para o banheiro, pois o porte deles, nessa situação, também ocasionará a anulação da prova.

Nome do Candidato:

N° do Documento:

Assinatura:

Código: 76784817



PÁGINA EM BRANCO

(Para rascunho)

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para a(s) questão(ões) a seguir:

Leia para responder às questões.

O povoado de Roanoke, frequentemente lembrado como a “colônia perdida”, foi uma das primeiras tentativas inglesas de estabelecer um assentamento permanente na América do Norte, no final do século XVI. Localizado em uma ilha barreira na região que hoje integra o estado da Carolina do Norte, o empreendimento ocorreu em um contexto de rivalidade marítima, expansão comercial e disputa simbólica por território. A geografia costeira, marcada por bancos de areia, canais instáveis e ventos fortes, tornava a navegação e o abastecimento difíceis, o que já colocava o projeto sob risco desde o início.

As primeiras expedições inglesas à área ocorreram na década de 1580, mas a fase mais conhecida é a da colonização de 1587, quando um grupo de colonos foi instalado sob liderança de John White. Em meio às tensões de sobrevivência e de contato intercultural, White retornou à Inglaterra em busca de suprimentos. O que parecia uma viagem breve, porém, foi prolongado por conflitos e prioridades militares na Europa, atrasando o retorno. Essa demora, em uma colônia dependente de apoio externo, transformou o tempo em um adversário silencioso: cada mês sem recursos ampliava a vulnerabilidade do assentamento.

Quando White conseguiu voltar a Roanoke, em 1590, encontrou o povoado abandonado, sem sinais claros de combate imediato ou de desastre visível. O elemento mais intrigante foi a presença de inscrições, especialmente a palavra “CROATOAN”, associada a um grupo indígena da região e a uma ilha próxima. A ausência de corpos e a falta de evidências conclusivas favoreceram interpretações diversas: migração planejada, integração com populações locais, deslocamento

forçado ou dispersão gradual. Assim, o episódio passou a ser lido menos como uma cena de crime com respostas diretas e mais como um enigma histórico em que o silêncio documental pesa tanto quanto os poucos vestígios existentes.

A dimensão do “mito” nasce justamente desse vazio, pois a narrativa humana tende a preencher lacunas com hipóteses dramáticas. Ainda assim, o caso de Roanoke é útil para mostrar como História e memória pública se diferenciam: a História trabalha com fontes, limites e probabilidades; a memória popular busca sentido rápido, criando versões sedutoras, mesmo sem provas robustas. Em termos linguísticos, essa diferença aparece no uso de modalizadores e marcas de incerteza, como “possivelmente”, “pode ter ocorrido” e “há indícios”, que delimitam o que é inferência e o que é fato.

Hoje, Roanoke permanece como um exemplo de como geografia, logística e relações interculturais podem definir o destino de um projeto colonial. A ilha, ao mesmo tempo estratégica e frágil, evidencia que território não é apenas cenário, mas agente: clima, marés, isolamento e recursos disponíveis influenciam decisões e desfechos. Para uma prova de Português, o tema permite explorar a construção de sentido em um texto histórico-narrativo: a organização temporal dos acontecimentos, a progressão de suspense por meio de informações parciais e o contraste entre linguagem informativa e linguagem especulativa, sem transformar incerteza em conclusão.

QUESTÃO 01

No trecho "Localizado em uma ilha barreira na região **que** hoje integra o estado da Carolina do Norte", a palavra destacada desempenha função sintática de:

- A) Partícula expletiva de realce.
- B) Pronome relativo com função de sujeito.

- C) Pronome relativo com função de objeto direto.
- D) Conjunção integrante introduzindo oração substantiva completiva nominal.

QUESTÃO 02

No fragmento "a História trabalha com fontes, limites e probabilidades", a palavra "probabilidades" apresenta como sinônimo contextualmente adequado que preserva sentido de incerteza metodológica:

- A) Possibilidades com inferências baseadas em evidências.
- B) Certezas absolutas com comprovação documental definitiva.
- C) Fantasias especulativas sem fundamentação empírica verificável.
- D) Verdades inquestionáveis com validação científica conclusiva.

QUESTÃO 03

No período "As primeiras expedições inglesas à área ocorreram na década de 1580, mas a fase mais conhecida é a da colonização de 1587, quando um grupo de colonos foi instalado sob liderança de John White", as orações ligadas pela conjunção "**mas**" estabelecem relação sintático-semântica de:

- A) Subordinação causal.
- B) Coordenação aditiva.
- C) Coordenação adversativa.
- D) Subordinação concessiva.

QUESTÃO 04

No trecho "White retornou à Inglaterra em busca de suprimentos", a crase está adequadamente utilizada. Isso não ocorre em:

- A) Os exploradores chegaram à foz do rio ao entardecer.
- B) O guia referiu-se à anotações antigas do diário de bordo.
- C) A adaptação às condições extremas foi determinante para o sucesso.
- D) Eles aderiram à tradição de deixar uma marca no marco geográfico.

QUESTÃO 05

No trecho do segundo parágrafo: "(...) o que parecia uma viagem breve, porém, **foi prolongado por conflitos e prioridades militares...**", a estrutura verbal configura a Voz Passiva Analítica.

Nela, o termo "por conflitos e prioridades militares" exerce a função sintática de Agente da Passiva. A escolha por essa construção sintática, em detrimento da voz ativa ("Conflitos prolongaram a viagem"), produz o efeito discursivo de:

- A) Ocultar completamente a causa do atraso, tornando a frase impessoal.
- B) Dar destaque (topicalizar) ao paciente da ação (a viagem/o retorno) e não à causa do atraso, mantendo o foco narrativo no drama dos colonos e de John White.
- C) Indicar que a ação de prolongar a viagem foi praticada intencionalmente por John White.
- D) Transformar o verbo "prolongar" em um adjetivo estático, descrevendo uma característica inerente da viagem.

QUESTÃO 06

No primeiro período do texto: "O povoado de Roanoke, **frequentemente lembrado como a 'colônia perdida'**, foi uma das primeiras tentativas...", o segmento isolado por vírgulas desempenha a função sintática de Aposto Explicativo. Do ponto de vista da organização da informação, esse termo acessório atua como:

- A) Um vocativo, invocando a entidade histórica para o centro do discurso.
- B) Um complemento nominal, completando o sentido substantivo de "povoado".
- C) Um adjunto adnominal restritivo, limitando o sentido de Roanoke a apenas uma colônia específica.
- D) Uma predicação secundária que fornece uma designação alternativa e consagrada para o sujeito, sem restringir sua extensão.

QUESTÃO 07

No início do quarto parágrafo, o conector em destaque no período "**Ainda assim**, o caso de

Roanoke é útil para mostrar...", introduz uma relação lógico-semântica de Concessão ou Contrajunção. Sua função na tessitura argumentativa é:

- A) Confirmar que, devido à falta de provas (o vazio mencionado antes), o caso é inútil para a historiografia séria.
- B) Introduzir uma ressalva que valida a utilidade analítica do caso, a despeito de sua natureza incompleta e baseada em lacunas.
- C) Explicar a causa direta pela qual o mito de Roanoke foi criado pela narrativa humana.
- D) Concluir que a história e a memória pública são, na verdade, a mesma coisa.

QUESTÃO 08

A progressão referencial do texto utiliza recursos figurados para recategorizar elementos da realidade. No trecho "transformou o tempo em um adversário silencioso", ocorre um processo de Personificação que altera o estatuto semântico do referente "tempo". Cognitivamente, essa construção serve para:

- A) Atribuir intencionalidade e agência a um elemento abstrato, colocando-o como um antagonista ativo na narrativa do fracasso colonial.
- B) Definir cronologicamente a duração exata da viagem de John White, que foi mais longa do que o previsto.
- C) Suavizar a responsabilidade das lideranças inglesas, transferindo a culpa do abandono para fatores sobrenaturais.
- D) Estabelecer uma comparação símile explícita entre a demora da viagem e um combate militar armado.

QUESTÃO 09

No quarto parágrafo, a distinção entre "História" e "memória popular" é sustentada linguisticamente pelo uso de operadores de incerteza. Ao citar termos como "possivelmente", "pode ter ocorrido" e "há indícios", o texto mobiliza a Modalização Epistêmica. A função

pragmática desses marcadores no discurso científico-histórico é:

- A) Esvaziar a credibilidade do relato, demonstrando que não há conhecimento factual sobre o período.
- B) Sinalizar a subjetividade emocional do autor, que expressa suas dúvidas pessoais sobre o destino dos colonos.
- C) Delimitar o grau de comprometimento com a verdade, distinguindo o que é fato comprovado daquilo que é hipótese inferencial.
- D) Criar um efeito de suspense literário, típico de romances policiais, para engajar o leitor na trama.

QUESTÃO 10

No parágrafo de encerramento, o texto realiza um movimento retórico de Metadiscursividade Didática. Ao enunciar explicitamente "Para uma prova de Português, o tema permite explorar...", o autor suspende momentaneamente a narração historiográfica para inserir um comentário sobre a própria construção textual e suas potencialidades avaliativas. Esse recurso, que transforma o conteúdo narrado (Roanoke) em objeto de ensino, estabelece uma ruptura na sequência tipológica predominante, inserindo um trecho de caráter:

- A) Narrativo-Ficcional.
- B) Injuntivo-Normativo.
- C) Descritivo-Subjetivo.
- D) Expositivo-Metalinguístico.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 11

Uma cientista observa o crescimento de fungos em um experimento. Ela cultivou o fungo em uma região controlada de temperatura e pressão, analisando o crescimento em um papel branco e contando o número de manchas para monitorá-lo. Na primeira semana havia 10 manchas, na segunda havia 30 e na terceira havia 50. A cientista sabe que, quando o papel atingir 220 manchas, ele ficará saturado.

Portanto, se as manchas continuarem crescendo nesse ritmo, o papel saturará:

- A) Menos de 10 semanas.
- B) Mais de 12 semanas.
- C) Menos de 8 semanas.
- D) Mais de 11 semanas.

QUESTÃO 12

Um círculo possui área igual a $256 \pi \text{ cm}^2$. Um novo círculo, cujo diâmetro é um quarto do diâmetro do primeiro, terá área igual a:

- A) $128 \pi \text{ cm}^2$.
- B) $64 \pi \text{ cm}^2$.
- C) $16 \pi \text{ cm}^2$.
- D) $32 \pi \text{ cm}^2$.

QUESTÃO 13

A partir de um número natural n , diferente de zero, realizam-se as seguintes operações em sequência:

- I. Multiplica-se n por 6.
- II. Subtrai-se 33 do resultado.
- III. Divide-se o resultado por 3.

Sabendo que, ao final, obtém-se novamente o número n , o único valor possível para n é:

- A) 20.
- B) 11.
- C) 8.
- D) 7.

QUESTÃO 14

Um quadrado tem lado x (desconhecido) e um retângulo tem largura x e altura 8. Sabendo que a diferença entre a área do quadrado e a área do retângulo é 20, o valor de x é:

- A) 2.
- B) 2,5.
- C) 5.
- D) 10.

QUESTÃO 15

Uma pirâmide de base quadrada será construída para uma maquete escolar. A altura total da maquete é 1 m, e a pirâmide deve ocupar 66 %

desse espaço. Sabendo que o lado da base da pirâmide mede 5 cm, seu volume, em cm^3 , é:

- A) 850.
- B) 550.
- C) 330.
- D) 110.

QUESTÃO 16

Uma reta no plano cartesiano passa simultaneamente pelos pontos (5,9) e (2,15). A função

$f(x)$ que descreve essa reta é:

- A) $f(x) = 4x - 11$.
- B) $f(x) = -x + 17$.
- C) $f(x) = -2x + 19$.
- D) $f(x) = 5x - 16$.

QUESTÃO 17

Uma caixa d'água é construída na forma de um paralelepípedo. Sua base é um retângulo de dimensões 50 cm x 15 cm, e a altura é 20 cm. A quantidade de garrafas de 500 mL de água que cabem nessa caixa, considerando que cada garrafa tem exatamente esse volume, é:

- A) 15.
- B) 30.
- C) 45.
- D) 60.

QUESTÃO 18

Um grupo de 5 pedreiros, trabalhando em uma obra por 15 dias, consegue erguer duas paredes. Além do grupo inicial, são contratados mais 20 pedreiros para ampliar a obra. Eles serão capazes de erguer 20 paredes em:

- A) 750 dias.
- B) 150 dias.
- C) 50 dias.
- D) 30 dias.

QUESTÃO 19

O conjunto dos números reais engloba quase todos os conjuntos numéricos conhecidos, daí sua grande importância na matemática. Sobre

ele, são feitas as seguintes afirmações:

I. A diferença entre dois números reais é sempre um número real, nulo ou não.

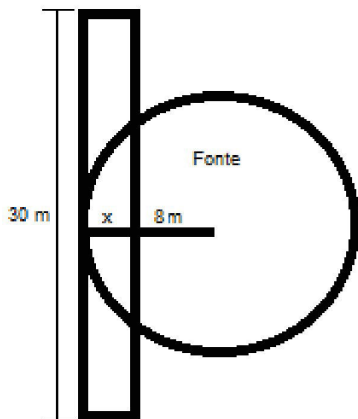
II. A razão entre dois números reais é sempre um número real.

III. A raiz quadrada de qualquer número real é sempre outro número real.

Dentre as afirmativas, está(ão) correta(s):

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 20



Uma fonte circular é projetada para ficar em torno de um banco de praça. O banco é retangular e sua largura corresponde a uma parte do raio da fonte. Sabe-se que a área da fonte é $144\pi \text{ m}^2$, e que parte do raio da fonte mede 8 m, enquanto a largura do banco é 30 m, conforme a figura.

- A) 120 m^2 .
- B) 360 m^2 .
- C) 80 m^2 .
- D) 60 m^2 .

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

No contexto do regime jurídico municipal, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal estruturam competências, organização e funcionamento do Poder Legislativo local, disciplinando o processo

legislativo, a função fiscalizatória e a relação institucional com o Executivo, observando os limites constitucionais e princípios da administração pública. É característica correta quanto à função fiscalizatória da Câmara Municipal:

- A) A Câmara Municipal exerce o controle político e financeiro do Executivo, com suporte dos Tribunais de Contas, competindo-lhe apreciar contas, instaurar processos de fiscalização e exigir informações, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno.
- B) A função fiscalizatória da Câmara restringe-se exclusivamente à apreciação das contas anuais do Prefeito, não alcançando atos administrativos específicos praticados no curso do exercício.
- C) A atuação fiscalizatória depende de autorização prévia do Poder Executivo, visto que a iniciativa de processos de controle financeiro é prerrogativa exclusiva do Prefeito.
- D) O controle exercido pela Câmara Municipal possui caráter meramente opinativo, sem consequências jurídicas efetivas, pois as decisões vinculantes pertencem exclusivamente ao Tribunal de Contas.

QUESTÃO 22

No âmbito do Direito Administrativo e da organização da Administração Pública brasileira, a distinção entre Administração Direta e Indireta envolve critérios institucionais, funcionais e de regime jurídico, compreendendo entidades dotadas de personalidade jurídica própria, com diferentes graus de descentralização e controle estatal, inclusive sob a ótica da tutela administrativa e da autonomia gerencial. É característica correta da Administração Indireta:

- A) Integra os órgãos internos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sem personalidade jurídica própria, exercendo funções diretamente vinculadas à estrutura central do Estado.

- B) Compreende apenas entidades criadas sob o regime de direito público, excluindo as pessoas jurídicas de direito privado, independentemente da finalidade institucional.
- C) Atua com plena autonomia administrativa e financeira, sem qualquer controle finalístico por parte do ente instituidor, que não mantém poder de supervisão sobre suas atividades.
- D) É composta por entidades com personalidade jurídica própria, criadas por lei para desempenhar atividades descentralizadas do Estado, submetidas à supervisão ministerial e à tutela administrativa em relação às suas finalidades.

QUESTÃO 23

No regime jurídico brasileiro, a responsabilidade civil do Estado fundamenta-se no art. 37, §6º da Constituição Federal, articulando-se com a teoria do risco administrativo, com repercussões sobre a natureza objetiva da responsabilidade, excludentes, direito de regresso e abrangência subjetiva em relação a entes e prestadores de serviços públicos. É característica correta da responsabilidade civil do Estado:

- A) É sempre subjetiva, dependendo da comprovação de culpa ou dolo do agente público, inclusive nas atividades típicas de prestação de serviços públicos essenciais.
- B) É objetiva em relação à Administração Direta e subjetiva quanto às entidades da Administração Indireta, exigindo prova de culpa específica para estas.
- C) É objetiva para danos causados por agentes públicos e pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos, admitindo excludentes como culpa exclusiva da vítima, caso fortuito e força maior.
- D) É obrigatoriamente solidária entre Estado e agente público, afastando a possibilidade de ação regressiva, ainda que comprovado dolo ou culpa do agente causador do dano.

QUESTÃO 24

À luz da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 e

da sistemática de planejamento e orçamento público, a Lei Orçamentária Anual (LOA) integra o ciclo orçamentário e deve observar princípios, vinculações e condicionantes legais, incluindo compatibilidade com o planejamento de médio prazo e com as diretrizes fiscais e programáticas estabelecidas previamente. É característica correta da LOA:

- A) Autoriza a execução de despesas independentemente de compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma vez que prevalece como diploma orçamentário principal do exercício.
- B) Deve ser compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, respeitando prioridades, metas e diretrizes, bem como observando limites fiscais e condicionantes estabelecidos pela legislação.
- C) Substitui automaticamente o Plano Plurianual no que se refere à definição de metas e programas, prevalecendo como instrumento superior de planejamento estatal.
- D) Possui caráter meramente estimativo quanto à despesa e vinculante apenas quanto à receita, cabendo execução discricionária sem observância aos limites legais previstos na responsabilidade fiscal.

QUESTÃO 25

No âmbito do planejamento governamental previsto na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101/2000 e na legislação de finanças públicas, o Plano Plurianual (PPA) possui natureza estratégica, vinculando-se aos programas governamentais e orientando a elaboração da LDO e da LOA, com foco na continuidade e materialização das políticas públicas ao longo de um período superior ao exercício financeiro anual. É característica correta do PPA:

- A) Define programas, objetivos e metas de médio prazo, com vigência de quatro anos, orientando as ações governamentais e vinculando a elaboração da LDO e da LOA.

- B) Limita-se à previsão anual de receitas e despesas, sendo obrigatoriamente revisado a cada exercício para viabilizar sua execução.
- C) Possui natureza facultativa para Estados e Municípios, dependendo de regulamentação local para implantação e eficácia normativa.
- D) Substitui a Lei Orçamentária Anual na execução das despesas públicas, dispensando a necessidade de créditos específicos para programas já previstos.

QUESTÃO 26

No âmbito do Direito Administrativo e do regime constitucional brasileiro, o controle da Administração Pública constitui mecanismo essencial de legalidade, legitimidade, eficiência e responsabilidade, abrangendo diferentes esferas e instrumentos, com competências distribuídas entre órgãos de controle interno, externo e Poder Judiciário, sem prejuízo do controle social. É característica correta do sistema de controle da Administração Pública:

- A) Limita-se ao controle exercido pelo Poder Executivo por meio de seus sistemas internos, sendo meramente consultivo o controle parlamentar e excepcional a atuação do Poder Judiciário.
- B) Restringe-se à análise de legalidade formal dos atos administrativos, não alcançando aspectos de legitimidade, moralidade administrativa ou avaliação de resultados.
- C) Compreende o controle interno e externo, além do controle judicial, podendo abranger legalidade, legitimidade, economicidade e desempenho, nos termos da Constituição e da legislação de regência.
- D) Substituiu o controle interno pelo controle externo exercido pelos Tribunais de Contas, que passaram a concentrar a função fiscalizatória principal no âmbito estatal.

QUESTÃO 27

Nos termos da Constituição Federal (arts. 163 a 169), da Lei Complementar nº 101/2000 e do regime constitucional de finanças públicas, a disciplina do gasto com pessoal estabelece limites, mecanismos de controle e

consequências pelo descumprimento, integrando o sistema de responsabilidade fiscal e condicionando a gestão orçamentária e financeira dos entes federativos. É característica correta do regime constitucional e fiscal da despesa com pessoal:

- A) Os limites de despesa com pessoal podem ser ultrapassados de forma permanente quando houver previsão na Lei Orçamentária Anual, desde que aprovados pelo Legislativo e registrados nos demonstrativos fiscais.
- B) O descumprimento dos limites de despesa com pessoal impõe medidas obrigatórias de ajuste, incluindo a vedação de criação de cargos, concessão de vantagens e realização de concursos, até o reenquadramento dentro dos limites legais.
- C) A verificação do cumprimento dos limites ocorre exclusivamente ao final do exercício financeiro, não havendo repercussão durante a execução orçamentária.
- D) A disciplina constitucional restringe-se apenas à União, sendo facultativa sua adoção pelos demais entes federativos, mediante regulamentação própria.

QUESTÃO 28

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação direta por dispensa e inexigibilidade passou a observar requisitos formais e materiais mais rigorosos, sobretudo quanto à motivação, planejamento, pesquisa de preços e gestão de riscos, mantida a necessidade de comprovação técnica e jurídica da escolha realizada pela Administração Pública. É característica correta da contratação direta no regime da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

- A) Dispensa a formalização de processo administrativo específico quando fundamentada na urgência, bastando justificativa sucinta da autoridade responsável.
- B) Permite a contratação direta por inexigibilidade para qualquer situação em que haja conveniência administrativa, desde que respeitados os limites de valor previstos em regulamento.

- C) Centraliza a decisão exclusivamente na autoridade superior, dispensando manifestação jurídica e análise de conformidade quando presentes requisitos materiais evidentes.
- D) Exige processo administrativo formal contendo motivação, estudo preliminar, estimativa de preços, análise de riscos e justificativas técnicas e jurídicas que demonstrem a impossibilidade de competição ou as hipóteses legais de dispensa.

QUESTÃO 29

No âmbito do Direito Administrativo, considerando a estrutura do ato administrativo, sua validade depende da presença cumulativa de elementos juridicamente definidos, cuja ausência ou vício pode resultar em nulidade ou anulabilidade, com consequências distintas para a Administração Pública e para terceiros de boa-fé. É característica correta quanto aos elementos do ato administrativo:

- A) São tradicionalmente identificados como competência, finalidade, forma, motivo e objeto, sendo sua ausência ou vício capaz de comprometer a validade do ato administrativo.
- B) Limitam-se aos aspectos de competência e forma, uma vez que finalidade, motivo e objeto são elementos discricionários e não integram o núcleo essencial de validade.
- C) Dependem exclusivamente do controle judicial para verificação de legalidade, não podendo ser apreciados pela própria Administração Pública após a prática do ato.
- D) São substituídos, no regime jurídico atual, pela análise de conveniência e oportunidade, que se tornou o principal critério de aferição de validade do ato administrativo.

QUESTÃO 30

Conforme a Lei Complementar nº 101/2000 e o Manual de Demonstrativos Fiscais (13ª edição), o Anexo de Riscos Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias e constitui instrumento preventivo destinado à identificação, mensuração e transparência de passivos potenciais que possam afetar o equilíbrio das contas públicas,

exigindo medidas de mitigação e acompanhamento sistemático. É característica correta do Anexo de Riscos Fiscais:

- A) Limita-se à apresentação de riscos decorrentes de renúncias de receitas, não abrangendo contingências passivas oriundas de demandas judiciais ou garantias prestadas.
- B) Destina-se exclusivamente a registrar eventos fiscais já materializados no exercício anterior, possuindo caráter retrospectivo e meramente descritivo.
- C) Deve identificar riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas, estimar seus impactos potenciais e indicar medidas de prevenção e correção a serem adotadas.
- D) Substitui os demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal na verificação do cumprimento de limites legais, possuindo natureza vinculante de execução imediata.

QUESTÃO 31

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, do MCASP (Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários) e da doutrina de finanças públicas, a despesa orçamentária possui conceito, classificações e etapas formais, que envolvem atos sequenciais de natureza administrativa e contábil, destinados à sua regular execução, com observância dos princípios da legalidade, programação e controle. É característica correta quanto às etapas da Despesa Orçamentária:

- A) Compreende apenas o empenho e a liquidação, sendo o pagamento considerado ato meramente financeiro, sem natureza de etapa orçamentária formal.
- B) Compreende o empenho como ato que cria obrigação para o Estado, a liquidação como verificação do direito do credor e o pagamento como quitação regular da obrigação assumida.
- C) Substitui a liquidação pela execução financeira automática após o empenho, uma vez que a verificação do direito do credor ocorre no momento da autorização da despesa.

- D)** Dispensa o empenho quando a despesa decorrer de contrato administrativo vigente, admitindo liquidação e pagamento diretos, desde que comprovada a prestação.

QUESTÃO 32

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o MCASP (Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários) e com a doutrina de finanças públicas, a Receita Orçamentária possui conceito, classificação e etapas próprias, que envolvem atos sequenciais destinados ao reconhecimento, arrecadação e ingresso nos cofres públicos, observando critérios legais e contábeis específicos. É característica correta quanto às etapas da Receita Orçamentária:

- A)** Compreende, entre outras fases, o lançamento como ato de constituição do crédito tributário, a arrecadação como recebimento pelo agente arrecadador e o recolhimento como transferência aos cofres do ente.
- B)** Compreende apenas a arrecadação, fase em que o ingresso financeiro ocorre diretamente nos cofres do ente, dispensando etapa formal de constituição do crédito público.
- C)** Substitui o lançamento pelo registro contábil automático da previsão, uma vez que a constituição do crédito decorre exclusivamente da aprovação da Lei Orçamentária Anual.
- D)** Limita-se à etapa de recolhimento, pois a arrecadação se confunde com a própria disponibilidade imediata de caixa, não havendo distinção técnica entre as fases.

QUESTÃO 33

No contexto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), em conformidade com o MCASP (9ª edição) e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, tais demonstrações possuem finalidade informacional, de accountability e de suporte ao controle social, abrangendo a perspectiva patrimonial, orçamentária e fiscal, com padronização nacional e observância do regime de

competência patrimonial. É característica correta das DCASP:

- A)** Limitam-se à evidenciação da execução orçamentária, não abrangendo efeitos econômicos e patrimoniais decorrentes de transações sem impacto financeiro imediato.
- B)** Possuem elaboração facultativa para entes subnacionais, dependendo de regulamentação específica do respectivo Tribunal de Contas para produzir efeitos obrigatórios.
- C)** São estruturadas prioritariamente sob a ótica do regime de caixa, privilegiando entradas e saídas financeiras como base principal de reconhecimento contábil.
- D)** Compreendem demonstrações obrigatórias padronizadas nacionalmente, baseadas no regime de competência patrimonial, destinadas a evidenciar a posição patrimonial, fiscal e orçamentária do ente.

QUESTÃO 34

Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 e do Manual de Demonstrativos Fiscais (13ª edição), o Anexo de Metas Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias e constitui instrumento de planejamento e transparência fiscal, contendo parâmetros para avaliação do equilíbrio das contas públicas e fundamentos para a execução orçamentária subsequente. É característica correta do Anexo de Metas Fiscais:

- A)** Apresenta exclusivamente as metas de receita e despesa para o exercício corrente, dispensando a exposição de resultados fiscais dos exercícios anteriores.
- B)** Limita-se à demonstração das metas fiscais anuais, sem contemplar avaliação do cumprimento de metas passadas nem projeções de médio prazo.
- C)** Deve conter metas anuais de resultado primário e nominal, avaliação do cumprimento de metas do exercício anterior e projeções que subsidiam a gestão fiscal do ente.

- D)** Substitui o Relatório Resumido da Execução Orçamentária como principal instrumento de verificação do cumprimento das metas fiscais do ente federativo.

QUESTÃO 35

No contexto do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), adotado nacionalmente como instrumento padronizador da contabilidade pública, sua estrutura visa assegurar uniformidade, comparabilidade e consolidação das informações contábeis, articulando registros orçamentários, patrimoniais e de controle, em conformidade com as normas de contabilidade aplicadas ao setor público. É característica correta do PCASP:

- A)** Estrutura-se em classes que segregam contas patrimoniais, orçamentárias e de controle, permitindo o registro integrado e padronizado das operações do setor público.
- B)** Limita-se ao registro dos atos orçamentários, não abrangendo contas patrimoniais ou de controle, por serem tratadas em sistemas contábeis específicos.
- C)** Possui aplicação facultativa aos entes subnacionais, dependendo de regulamentação local para produzir efeitos contábeis obrigatórios.
- D)** Destina-se exclusivamente à consolidação das contas da União, não sendo referência normativa para Estados e Municípios.

QUESTÃO 36

No âmbito da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) constitui instrumento de transparência e controle, com conteúdo e periodicidade definidos, destinado à verificação do cumprimento de limites e condições estabelecidos pela responsabilidade fiscal, abrangendo informações essenciais à avaliação da gestão. É característica correta do RGF:

- A)** Possui publicação bimestral, com foco principal na execução da receita e despesa, evidenciando o resultado orçamentário e financeiro do exercício.

- B)** Possui publicação quadrimestral para a maior parte dos entes, evidenciando limites de despesa com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito.
- C)** Possui publicação anual, consolidando dados fiscais ao final do exercício, com prioridade na avaliação da execução de programas governamentais.
- D)** Possui publicação mensal, concentrando-se na análise de arrecadação tributária, metas fiscais e execução de investimentos de capital.

QUESTÃO 37

À luz da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase de planejamento das contratações públicas passou a incorporar instrumentos estruturantes obrigatórios, com o objetivo de assegurar eficiência, gestão de riscos, aderência ao interesse público e conformidade com os princípios administrativos. É característica correta do regime de planejamento previsto na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

- A)** Dispensa a elaboração do Estudo Técnico Preliminar quando a contratação decorrer de padronização previamente definida pela Administração, bastando a justificativa de preço.
- B)** Centraliza a responsabilidade pelo planejamento exclusivamente na autoridade superior, podendo a fase preparatória ser dispensada mediante decisão fundamentada.
- C)** Exige apenas a definição do objeto e a estimativa de preços como elementos obrigatórios da fase preparatória, facultando a análise de riscos e a matriz de responsabilidades.
- D)** Impõe a elaboração de planejamento com definição de necessidades, estudos técnicos, análise de riscos e justificativas, sendo a fase preparatória elemento estruturante e obrigatório do processo de contratação.

QUESTÃO 38

Nos termos da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 101/2000 e do sistema de controle previsto no ordenamento jurídico, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública envolve competência, abrangência e objetivos específicos, articulando o controle interno e externo, inclusive com apoio do controle social. É característica correta desse sistema constitucional de fiscalização:

- A) Está restrito ao acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sem alcançar a análise da legalidade e da economicidade da gestão.
- B) É exercido exclusivamente pelo Legislativo com auxílio dos Tribunais de Contas, sem participação obrigatória do sistema de controle interno.
- C) Abrange a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncias de receitas, sendo exercido pelo controle externo e pelos sistemas de controle interno de cada Poder.
- D) Depende de regulamentação municipal específica para produzir efeitos vinculantes, possuindo natureza meramente consultiva no âmbito federativo.

QUESTÃO 39

Considerando a disciplina da Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 quanto aos créditos adicionais, observe-se que sua abertura e execução possuem requisitos formais e materiais específicos, envolvendo autorização legislativa, indicação de recursos e compatibilidade com o planejamento fiscal. É característica correta dos créditos suplementares:

- A) Dependem de autorização legislativa específica e visam reforçar dotações orçamentárias já existentes na Lei Orçamentária.
- B) Possuem caráter automático, sendo incorporados à LOA mediante ato exclusivo do chefe do Executivo.

- C) São destinados à cobertura de despesas novas não previstas na Lei Orçamentária, com abertura vinculada a excesso de arrecadação.
- D) Podem ser abertos sem indicação de recursos quando vinculados a despesas de execução obrigatória de programas prioritários.

QUESTÃO 40

No âmbito do controle interno, quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), sua natureza, conteúdo e periodicidade devem observar as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 e dos normativos da STN. É característica correta do RREO:

- A) É publicado quadrimestralmente, com foco na avaliação dos limites de despesa com pessoal e endividamento.
- B) É publicado bimestralmente, evidenciando a execução orçamentária com demonstrativos obrigatórios definidos em norma federal.
- C) É publicado semestralmente, substituindo o Relatório de Gestão Fiscal na comprovação da responsabilidade fiscal.
- D) É publicado anualmente, consolidando a execução orçamentária e financeira ao final do exercício.

PÁGINA EM BRANCO

(Para rascunho)



Folha de Respostas

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2025

01 A B C D

02 A B C D

03 A B C D

04 A B C D

05 A B C D

06 A B C D

07 A B C D

08 A B C D

09 A B C D

10 A B C D

11 A B C D

12 A B C D

13 A B C D

14 A B C D

15 A B C D

16 A B C D

17 A B C D

18 A B C D

19 A B C D

20 A B C D

21 A B C D

22 A B C D

23 A B C D

24 A B C D

25 A B C D

26 A B C D

27 A B C D

28 A B C D

29 A B C D

30 A B C D

31 A B C D

32 A B C D

33 A B C D

34 A B C D

35 A B C D

36 A B C D

37 A B C D

38 A B C D

39 A B C D

40 A B C D